



SARANDI

Governo Municipal

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0021/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2026

OBJETO

Contratação de empresa(s) para fornecimento de um Caminhão com carroceria de madeira, destinado às Hortas Comunitárias, com recursos disponibilizados pela Emenda 40660015 pelo Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fahur, Transferências Especiais para ser adquirido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e outro Caminhão com plataforma (tipo guincho) para SEMUTRANS, ambos vinculados à Prefeitura do Município de Sarandi/PR.

RESUMO

Critério de julgamento

Menor preço.

Registro de preços

Não.

Licitação diferenciada para MPE

Não se aplica.

Total estimado

R\$ 1.032.463,34.

SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 02/06/26.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será a Pregoeira Maria Luiza Souza Carvalho Mattos Portaria nº 2076/2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi - Paraná

licitacao@sarandi.pr.gov.br

(44) 3264-8600

SUMÁRIO

1	DO OBJETO	2
2	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
3	DO ORÇAMENTO ESTIMADO	4
4	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
5	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6	DA ABERTURA DA SESSÃO	7
7	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
8	DA NEGOCIAÇÃO	10
9	DA PROPOSTA DE PREÇO	11
10	DA FASE DE JULGAMENTO	11
11	DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
12	DO TERMO DE CONTRATO	17
13	DOS RECURSOS	18
14	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
15	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
16	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	23
17	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	23



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará Licitação, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a *Contratação de empresa(s) para fornecimento de um Caminhão com carroceria de madeira, destinado às Hortas Comunitárias, com recursos disponibilizados pela Emenda 40660015 pelo Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fahur, Transferências Especiais para ser adquirido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e outro Caminhão com plataforma (tipo guincho) para SEMUTRANS, ambos vinculados à Prefeitura do Município de Sarandi/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.*

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela(s) constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



2.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



2.5 Não poderão o disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- X. sociedades cooperativas;
- XI. pessoa física;
- XII. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 O impedimento de que trata o inciso IV do subitem 2.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a



efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 11.1.1 e 11.14.2 deste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



4.6 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

4.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor unitário do item;
- II. marca e modelo;
- III. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 7.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo de real).
- 7.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8 DA NEGOCIAÇÃO

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9 DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1 A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações da Tabela 1 do Termo de Referência;
- II. marca, modelo e versão;
- III. quantidade e unidade de medida;
- IV. valor unitário e total, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e
- V. validade da proposta, conforme exigido no subitem 5.7 deste edital.

9.2 É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido acima (subitem 9.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.3 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 2.5 do edital,



especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

10.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

10.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

10.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.



10.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.10 Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



11 DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada na forma da lei.

11.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:

- I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;



II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.12 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

11.13 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.14 A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

11.14.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



11.15.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.15.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.16 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 11.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

11.17 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.18 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.14.1.

11.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



11.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.22 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12 DO TERMO DE CONTRATO

12.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2 O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar (na forma eletrônica) o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao licitante adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- I. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- III. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.4 O prazo do subitem 12.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido:

- I. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de Sarandi/PR¹;

¹ Art. 79, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal.



a) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda; e

II. comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.6.1 A existência de Certidão Positiva exigido acima, constitui fator impeditivo para a contratação.

13 DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

IV. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;



VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do subitem 14.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do subitem 14.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



14.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do subitem 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do subitem 14.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do subitem 14.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do subitem 14.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

14.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: PREGOEIRO4@SARANDI.PR.GOV.BR.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



16 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

16.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

16.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

16.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

16.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

16.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

17.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II – Proposta de Preço (modelo);
- ✓ Anexo III – Minuta de Termo de Contrato; e
- ✓ Anexo IV – Matriz de Risco

Sarandi, 15 de maio de 2026.

LUCAS ADILSON ZAQUI

Secretário de Administração

DECRETO nº 1051/2026





SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Contratação de empresa(s) para fornecimento de um Caminhão com carroceria de madeira, destinado às Hortas Comunitárias, com recursos disponibilizados pela Emenda 40660015 pelo Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fahur, Transferências Especiais para ser adquirido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e outro Caminhão com plataforma (tipo guincho) para SEMUTRANS, ambos vinculados à Prefeitura do Município de Sarandi/PR.



SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	1
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	11
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	11
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	12
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	12
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	15
7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	18
8	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	21
9	ASPECTOS CONTRATUAIS	24
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	31
11	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	31

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO

1.1 *Contratação de empresa(s) para fornecimento de um Caminhão com carroceria de madeira, destinado às Hortas Comunitárias, com recursos disponibilizados pela Emenda*



40660015 pelo Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fatur, Transferências Especiais para ser adquirido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e outro Caminhão com plataforma (tipo guincho) para SEMUTRANS, ambos vinculados à Prefeitura do Município de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	78304	VEÍCULO CAMINHÃO	1	UNID.	R\$ 481.216,67	R\$ 481.216,67
2	78409	CAMINHÃO COM PLATAFORMA (TIPO GUINCHO).	1	UNID.	R\$ 551.246,67	R\$ 551.246,67

Tabela 1

1.2 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no compras.gov.br, prevalecerão sempre deste termo.

1.3 Os bens/produtos desta contratação são caracterizados como comuns, bem como não se enquadra como bem de luxo, conforme o [Decreto Municipal nº 620/2021](#) e justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste instrumento.

1.4 Para fins deste instrumento, serão adotadas as seguintes denominações:

- ✓ CONTRAN: Conselho Nacional de Trânsito;
- ✓ ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- ✓ PROCON: Programa de Proteção e Defesa do Consumidor;
- ✓ IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- ✓ CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente;
- ✓ PRONCOVE: Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores.

1.5 O veículo ofertado deverá possuir no mínimo as características técnicas, quantitativas e qualitativas, fixadas neste TR, devendo ser novo e não inferior às CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, bem como aos demais quesitos que integram este TR, Edital e seus anexos.

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO ITEM 1

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - VEÍCULO CAMINHÃO (NOVO, ZERO KM)	
(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS
Marca, Modelo e versão	Indicar
Ano de fabricação	2025 ou posterior





Cabine e Carroceria (cor predominante)	Branca
DIMENSÕES	
Entre eixos	4.400mm
Ângulo de entrada	24°
Ângulo de saída	19°
MOTORIZAÇÃO	
Motor	Indicar
Potência (CV)	Mínima de 170 CV
Cilindros	4
Torque	430 Nm
Combustível	Diesel
Sistema de emissões	O sistema de emissões deverá atender às normas regulamentadoras vigentes estabelecidas pelo CONAMA, bem como cumprir integralmente as exigências técnicas e ambientais determinadas pelo IBAMA.
TRANSMISSÃO	
Tipo mecânica ou automática	Mecânica
Nº de marchas/velocidades à frente	Mínimo 6 marchas à frente + 1 ré
TRAÇÃO	
Tração	4X2
DIREÇÃO	
Tipo	Hidráulica
PNEUS	
Tipo e medidas	235/75 R17
Estepe	235/75 R 17
Rodas	Aço 17,5" x 6,75
FREIOS	
Sistema de Freios	Freio a ar com tambores nas rodas (dianteiras e traseiras), ABS + EBD
SISTEMA ELÉTRICO	
Sistema Elétrico (Volts)	12 Volts
CAPACIDADE DE CARGA	
Capacidade de carga PBT(Kg)	PBT mínimo homologado: 10.500 kg / Carga útil mínima: 7.300 kg
CARROCERIA	
Carroceria nova em madeira	Equipado com carroceria aberta de madeira tratada para veículo 4x2, com reforços metálicos nas bordas. Assoalho: Madeira, Travas, Apara Barros de Borracha ou madeira com duas bandanas, Faixas Refletivas, Caixa de Ferramentas, 02 tampas laterais e uma traseira e frontal na altura da cabine; e demais equipamentos exigidos pela legislação de trânsito em



	vigor. A carroceria deve ser compatível com o modelo ofertado.
CABINE E SEGURANÇA	
Cintos de Segurança	Sim
Sistema de Ar-Condicionado	Sim
Controle de estabilidade	Sim
Vidros Elétricos	Sim
Assistente de partida em rampa	Sim
Faróis	Com DRL
Trava Elétrica	Sim
Banco	Padrão de Fábrica
Espelhos retrovisores	Elétricos
Lanternas traseiras	Em led
Infotenimento	Sim, da linha de montagem
ITENS ADICIONAIS	
Kit de Ferramentas	Exigido por lei e normas do CONTRAN
Jogo de tapetes	Sim
Manual do usuário (garantia) devidamente identificado na entrega do veículo.	Sim
Película de proteção UV	Sim (de acordo com a resolução nº 254 da CONTRAN)
GARANTIA	
Garantia mínima	3 (três) anos ou 100.000 (cem mil) km
ENTREGA (todas as despesas inclusas)	
Abastecido (tanque cheio)	Sim
Chave cópia.	Sim
Com o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) em nome do Contratante	Sim
Emplacado.	Sim
Licenciado.	Sim
Revisão técnica do veículo.	Sim
Totalmente limpo (parte interna e externa).	Sim
ADESIVAÇÃO	
Logomarcas institucionais	Deverá ter dois adesivos coloridos, dispostos lado a lado, em ambas as portas da cabine, sendo: A logomarca do Ministério da Agricultura, com aproximadamente 50cm de altura x 40cm de largura e; ao lado o Brasão do Município de Sarandi-Pr, com aproximadamente 40cm de altura x 50cm de largura

	 GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	 PREFEITURA DE SARANDI Secretaria Municipal de Des. Econômico
Numeração da frota, três adesivos 17 x 17 cm de diâmetro.	Será 1 (um adesivo), para aplicação na parte frontal da cabine, no lado esquerdo e direito do veículo, aproximadamente 17cm de diâmetro, cor preta. conforme modelo a seguir: <div style="text-align: center;">  </div> Obs.: O número da frota (será informado no ato da solicitação, sendo encaminhado via e-mail ao endereço eletrônico informado pelo adjudicatário)	

Tabela 2

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO ITEM 2

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS - VEÍCULO CAMINHÃO C/ PLATAFORMA (MÍNIMAS)	
1.2.1. VEÍCULO:	
1.2.1.1. Caminhão original de fábrica, zero quilômetro, ano de fabricação não inferior ao ano da contratação.	
1.2.1.2. Cabine avançada, basculante.	
1.2.1.3. Motor a diesel, 4 (quatro) cilindros em linha, turbinado, Intercooler, original de fábrica, com potência mínima de 155 (cento e cinquenta e cinco) cv e torque mínimo de 60 (sessenta) mkgf.;	
1.2.1.4. Equipado com sistema automático de aceleração (PTO) condicionado a 1300 rpm;	
1.2.1.5. Direção hidráulica integral.	
1.2.1.6. Freios totalmente a ar com ABS.	
1.2.1.7. Ar-condicionado quente e frio.	
1.2.1.8. Com tacógrafo original de fábrica.	
1.2.1.9. Tração 4x2.	
1.2.1.10. Para-choques originais de fábrica;	
1.2.1.11. Com banco do motorista ajustável e reclinável.	
1.2.1.12. Pneus radiais sem câmara, inclusive o estepe.	
1.2.1.13. Com rodas em aço medindo no mínimo 17,5 x 6 polegadas e máximo 19,5 polegadas.	
1.2.1.14. Distância entre eixos de no mínimo 4,2 m;	
1.2.1.15. Peso Bruto Total (PBT) de no mínimo 9.600 (nove mil e seiscentos) kg.;	
1.2.1.16. Carroceria original, retrabalhada para adaptação do dispositivo de reboque;	
1.2.1.17. A parte traseira interna da cabine deve proporcionar visão da plataforma através de janela (vigia) traseira com vidro;	
1.2.1.18. Espelho retrovisor interno, para visão da carga na plataforma em movimento,	
1.2.1.19. O veículo devem ser entregue pintado na cor branca original de fábrica, ou na cor determinada pelo órgão;	
1.2.1.20. Cada parte interna da lataria, não coberta por forração, deve ser pintada na cor correspondente à sua parte externa;	
1.2.1.21. Deverá possuir suspensão adequada (reforçada) que suporte a plataforma com veículo embarcado e simultaneamente outro rebocado no sistema da asa delta;	



- 1.2.1.22. Equipado com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN;
- 1.2.1.23. Para montagem da unidade, deverão os fornecedores, utilizar equipamentos idênticos aos da linha normal de produção de fábrica.
- 1.2.1.24. Dependendo do modelo do veículo, deverá obedecer a Portaria Nº 65, de 24 de março de 2016 que estabelece a Tabela I — Classificação de Veículos conforme tipo/marca/espécie e a TABELA II — Transformações de Veículos Sujeitos a homologação compulsória da Resolução CONTRAN Nº 29112008 observada a indispensabilidade de recolhimento de cópia autenticada do certificado de adequação à legislação de trânsito - CAT e o Registro em nota fiscal.
- 1.2.1.25. Sistema elétrico:
- a. Bateria, alternador e cabeamento compatível com o sistema elétrico e acessório(s) a serem instalados no veículo (Sinalizador acústico e visual — Rádio Digital Transceptor Móvel VHF/FM).
- b. Sistema de gerenciamento de carga da bateria, que garanta o acionamento do motor do veículo, com a utilização dos diversos acessórios e equipamentos instalados.
- c. Sistema de recepcionamento para o Rádio Digital Transceptor Móvel VHF - FM (APCO 25 FASE 2) composto no mínimo pela instalação de: 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais e porta fusível), 01 (um) cabo coaxial padrão RG 58 com conector de RF (radiofrequências) do transceptor e 01 (uma) antena homologada (mediante comprovação), tipo monopolo vertical com no mínimo 1/4 (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário de 0dB e com base fixável ao teto do veículo mediante furação, de forma a permitir a instalação e ativação do rádio, deve ser realizado de forma conjunta com o Centro de Suprimentos e Manutenção da Guarda Municipal para que não exista incompatibilidade na instalação e funcionamento/operação dos rádios.
- 1.2.2. PLATAFORMA AUTO-SOCORRO—** instalada com as seguintes especificações mínimas:
- 1.2.2.1. Comprimento mínimo de 6,00 (seis) metros;
- 1.2.2.2. Largura mínima interna de 2,2 (dois, vírgula dois) metros;
- 1.2.2.3. Capacidade de carga mínima de 3.000 (três mil) kg;
- 1.2.2.4. Redutor de 7.000 (sete mil) kg, hidráulico com freio e guia de cabo com dispositivo para desengate/liberação do rolo.
- 1.2.2.5. Acionamento do redutor: hidráulico ou elétrico/hidráulico;
- 1.2.2.6. Chapas da estrutura em aço de alta resistência com processos de soldagem MIG;
- 1.2.2.7. Mangueiras hidráulicas de duas tramas de aço SAE R2AT, com terminais prensados;
- 1.2.2.8. Uma esteira Transportadora, guia de cabos da plataforma ao chassi;
- 1.2.2.9. Sistema de chassi deslizante com bicos graxeiros que permitem sua lubrificação.
- 1.2.2.10. Tomada de força pneumática, com sistema de indicação de advertência sonoro e luminoso acionado quando ligada.
- 1.2.2.11. 01 (um) Comando Hidráulico com no mínimo 60 litros de vazão.
- 1.2.2.12. Bomba hidráulica com no mínimo 40 litros de vazão, sem eixo cardã.
- 1.2.2.13. Mesa da plataforma:
- 1.2.2.14. Levante por dois cilindros hidráulicos de 3 polegadas internas cada;
- 1.2.2.15. Arraste por um cilindro hidráulico de 3,5 polegadas internas.
- 1.2.2.16. Hastes dos cilindros confeccionados em aço SAE 1045 com cromo duro.
- 1.2.2.17. Uma esteira transportadora (guia de cabos da plataforma ao chassi).
- 1.2.2.18. Furação com reforço em todas as extremidades do assoalho para fixação de cintas (tipo cegonheiro).
- 1.2.2.19. Piso antiderrapante paralelo com as laterais da plataforma com no mínimo 60 (sessenta) centímetros cada lado;
- 1.2.2.20. Furação para utilização da patesca nas laterais, no meio e borda traseira da plataforma;
- 1.2.2.21. Malhão fixo a plataforma;
- 1.2.2.22. Com cabo de aço com no mínimo 20 (vinte) metros, espessura de 3/8 polegada com olhal trançado flamengo com presilha de aço ou alumínio e gancho forjado em aço.
- 1.2.2.23. Asa Delta com sistema de lança com alongamento hidráulico e 2 (dois) cilindros de levantamento hidráulico com válvulas de segurança e travamento com capacidade mínima de 1.500 kg. Com a lança totalmente esticada;
- 1.2.2.24. Trava de segurança da Asa Delta com sistema mecânico com pino e trava quebra dedo (exceto do tipo corrente).





- 1.2.2.25. Todos os comandos na parte lateral traseira do veículo, com acionamento hidráulico, a caixa do comando deve ser instalada após a lança (braço) da asa delta, de forma a evitar que o recolhimento da asa delta possa no caso de mal funcionamento (travamento) danificar a caixa de comandos, a mesma não deve permitir a entrada de detritos arremessados pelo pneu traseiro e demais componentes da plataforma;
- 1.2.2.26. Engate rápido fêmea de 1/4 pol. para sistema de ar;
- 1.2.2.27. A plataforma deverá conter ainda:
- a. 06(seis) Cones de borracha para sinalização conforme Norma ABNT 15071/2015, com suporte para transporte na plataforma;
 - b. Um Corote de água em plástico com capacidade mínima de 15 (quinze) litros com saboneteira;
 - c. Um Tanque do óleo hidráulico com visor de nível de óleo, com no mínimo 40 (quarenta) litros de óleo hidráulico;
 - d. Com duas caixas de ferramentas do tipo armário, para armazenamento de todos acessórios necessários ao trabalho, dotada de fechadura com chave;
 - e. Uma patesca no mínimo;
 - f. Seis cintas de fixação com catracas tipo cegonheiro;
 - g. Uma cinta de arraste com gancho em aço forjado;
 - h. Doze pares de esticadores para amarração de motocicletas com catraca de 25 mm de largura, fita com 2 metros de comprimento em polipropileno e capacidade para 400 kg.
 - i. Seis suportes em "L" para travar o pneu dianteiro de motocicleta conforme modelo apresentado pelo órgão;
 - j. Dois calços (cunhas) para apoio de pneus de automóveis;
 - k. Um par de patins para remoção de veículos, com quatro rodas giratórios de no mínimo de seis polegadas e com suporte para fixação/transporte na plataforma;
 - l. Um macaco jacaré;
- 1.2.2.28. Pintura em poliuretano "PU"; ou epoxi;
- 1.2.2.29. Deverá ser pintado no pórtico metálico da dianteira da plataforma a inscrição "GUARDA CIVIL MUNICIPAL"
- 1.2.2.30. Faixas refletivas de acordo com as Resoluções 128 e 132 do CONTRAN;
- 1.2.2.31. Dispositivo de segurança conforme Resolução 223 do CONTRAN;
- 1.2.2.32. Protetor lateral de segurança conforme Resolução 323 e 377 cominadas, Deliberação 106 do CONTRAN;
- 1.2.2.33. Acionamento hidráulico de todos os dispositivos;
- 1.2.2.34. Dispositivo de acionamento à distância do cabo de aço;
- 1.2.2.35. Sistema de segurança em todo circuito elétrico, hidráulico e mecânico para evitar danos no equipamento;
- 1.2.2.36. Dois faróis de manejo, com sistema liga /desliga independentes, que permitam girar 360º e inclinar 180º, com trava de posicionamento, fixados na parte superior do pórtico metálico na dianteira da plataforma (malhão);
- 1.2.2.37. Iluminação na parte traseira com proteção contra impacto.
- 1.2.2.38. Apara barros de borracha para os dois rodados duplos traseiros.
- 1.2.2.39. As plataformas deverão ser entregues montadas, instaladas e funcionando sobre os chassis.

1.2.3. EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O VEÍCULO

1.2.3.1. O habitáculo deverá possuir:

- a. Capa protetora para os bancos na cor cinza, de courvim automotivo com reforço nas laterais do encosto, para evitar danos pelo uso de armas e equipamentos dos Guardas Municipais, tudo na cor cinza;
 - b. Jogo de tapete de borracha;
 - c. Revestimento em tapeçaria - confeccionado em material de alta resistência, não absorvente e lavável na cor preta - recobrindo toda a área do assoalho visando proteger o revestimento original do veículo (compartimento do motorista e passageiro);
- 1.2.3.2. Farol auxiliar de busca, com plug para conectar ao acendedor de cigarro, lâmpada com no mínimo 55(cinquenta e cinco) watts e cabo espiralado com no mínimo 05(cinco) metros, quando distendido;
- 1.2.3.3. Tomada auxiliar instalada na parte traseira do veículo para operacionalizar o sinalizador Ilumin(tipo truck oso light).
- 1.2.3.4. Barra de luz auxiliar com as sinalizações obrigatórias (meia luz/luz de freio/pisca) com as seguintes características:
- a. Possuir sistema de fixação eletro/magnético emborrachado.





- b. Possuir cabo extensível de no mínimo 6 metros, com conector tipo engate para plugar na carroceria de plataforma ou conexão remota;
- c. Corpo em alumínio pintado em epóxi na cor preta, ou material com superior resistência comprovada;
- d. Suportes de fixação emborrachados.
- e. Acompanhado de estojo para armazenamento.
- f. Possuir dimensões mínimas de 1000 mm de comprimento, 80 mm de altura 60 mm de largura.
- 1.2.3.5. Caixa de ferramentas confeccionada em metal com as seguintes ferramentas:
 - a. Jogo de Chave combinada de 6 a 22 mm
 - b. 01 (uma) Chave de Fenda média.
 - c. 01 (uma) Chave de Fenda grande.
 - d. 01 (uma) Chave Philips média.
 - e. 01 (uma) Chave Philips grande.
 - f. 01 (um) alicate Universal.
 - g. 01 (um) alicate de pressão.
 - h. 01 (um) Cabo de transmissão de energia de no mínimo 2 metros
 - i. 01 (uma) Mangueira de ar espiral de no mínimo 10 metros com dispositivo de engate rápido e calibrador de pneus;
- 1.2.3.6. 04 (quatro) Patins de remoção de veículo

1.2.4. GRAFISMO PINTURA E ADESIVAÇÃO com as especificações técnicas mínimas:

- 1.2.4.1. Adesivado e/ou pintado com características de identificação a serem determinadas pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública.
- 1.2.4.2. O layout de Identificação visual do veículo será repassada para a empresa vencedora após a licitação.
- 1.2.4.3. Garantia de no mínimo 12 (doze meses) meses (produto e instalação), os produtos deverão ter garantia com cobertura total, irrestrita, sem ônus para falhas, vícios e defeitos de fabricação e/ou desgaste anormal de componentes e peças, pelo período indicado, a contar da data do recebimento definitivo, obrigando-se o adjudicatário a reparar os danos materiais e substituir as peças que se fizeram necessárias em decorrência de tais problemas, sem nenhum ônus para o contratante, até mesmo transporte, seguro, etc.
- 1.2.4.4. Especificações Técnicas dos Adesivos:
 - a. Somente poderão ser utilizados para a execução das plotagens os adesivos do tipo cast opaco ou refletivo.
 - b. As cores dos adesivos deverão seguir conforme solicitação da Semutrans com os códigos especificados.;
 - c. As imagens (Emblemas, insígnias e brasões) deverão ser impressas em adesivo de impressão tipo cast;
 - d. Com a finalidade de evitar a descoloração das imagens deverá ser aplicada sobre a imagem laminação protetora tipo cast opaco;
- 1.2.4.6. Adesivos não refletivos Material Película PVC fundida tipo CAST, polimérica, especificada para uso em cortadoras planas, controladas eletronicamente, com adesivos em uma das faces, protegido por meio liner. Espessura 0,06 a 0,08mm. Adesivo Acrílico à base de solventes. sensível à pressão. Encolhimento aplicado Máximo de 0,4mm. Adesão 6 lb/pol (superfície pintada). Resistência à tração 5 lb/pol. Alongamento Mínimo 100%.
- 1.2.4.7. Adesivos refletivos Material Película PVC fundida tipo CAST, flexível, com tecnologia de retro reflexão através de microesferas de vidro encapsuladas, com adesivos em uma das faces, protegido por meio liner. Espessura 0,16 a 0,22mm. Adesivo Acrílico à base de solventes, sensível à pressão. Encolhimento aplicado Máximo de 0,4mm. Adesão 8 kg/cm (superfície pintada). Resistência a tração 1,8 kg/cm. Alongamento Mínimo 100%.
- 1.2.4.8. Procedimentos para aplicação das películas adesivas Tecnologia para transformação Recorte eletrônico. Aplicação Manual, seguindo as instruções fornecidas pelo fabricante. Recortes em todas as regiões de baixo relevo não aplicação das películas em regiões de borrachas.
- 1.2.4.9. A Norma de Grafismo padrão da Guarda Civil Municipal será repassada a empresa, após esta ser declarada vencedora.

1.2.5. CONJUNTO DE SINALIZADOR VISUAL E ACÚSTICO - instalados com as seguintes especificações mínimas:

- 1.2.5.1. Barra Sinalizadora.
 - a. A barra sinalizadora deverá ser em formato de arco, asa, barra ou similar, o sinalizador deverá ser inteiriço ou em módulos, sendo em módulos deverá possuir encaixe perfeito tipo macho-fêmea, para evitar a infiltração de líquidos, não poderá ser utilizado cola ou silicone para junção das cúpulas, não poderá ter barra

metálica externa na parte superior do corpo do sinalizador para fixação das cúpulas não sendo ainda permitidas cúpulas independentes,

b. Dimensões do corpo do sinalizador (sem suportes): comprimento mínimo 1.000 mm e máximo 1.300 mm, largura mínima 250 mm e máxima 500 mm e altura mínima 55 mm e máxima 110 mm, instalada no teto do veículo.

c. Sinalizador deverá possuir base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado), ou Policarbonato, ou perfil de alumínio pintado em epóxi na cor preta.

d. Cúpula (s), injetada (s) em policarbonato na cor Vermelho ou RUBI, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV e sistema luminoso composto por conjunto de Diodos Emissores de Luz (LED) próprios para iluminação, dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade ou refletores parabólicos metalizados (podendo ser tipo concha) em plásticos de engenharia, com distribuição frontal, traseira e laterais do sinalizador. Cada módulo dotado de no mínimo 03 (três) leds na cor Vermelho ou Rubi, cada led com no mínimo 1 Watt de potência, distribuídos equativamente por toda a extensão da barra, devendo preenchê-la, de forma a permitir visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade.

e. Cada led deverá obedecer à especificação a seguir descrita:

f. Intensidade Luminosa: no mínimo 40 Lúmens típicos.

g. Categoria AllnGap.

h. Consumo máximo inferior à 12 A.

i. Dotado de luz de beco, uma em cada lateral, inserida no sinalizador ou anexo a este, podendo ser incandescente de no mínimo 20 W ou a led da seguinte forma: dois refletores laterais citados acima, um em cada lado do sinalizador, deverão possuir seus leds na cor CRISTAL, com interruptores próprios no módulo de controle. Os leds Cristais deverão possuir as especificações:

j. Cor predominante: cristal com temperatura de cor de 6500^º K típico.

k. Categoria nos leds cristal: InGaN.

l. Intensidade Luminosa: no mínimo 200 Lúmens.

m. Deverá atender as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. Jan 2005), da SAE Society of Automotive Engineers, que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1.

1.2.5.2. Sinalizador da grade frontal composto de no mínimo 4 módulos com as seguintes especificações:

a. Bloco óptico com Módulo composto por 4 LEDs com potência mínima de 1 W cada:

b. Na cor vermelha com comprimento de onda entre 620 e 630 nm;

c. Intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 40 Lumens;

d. Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade;

e. Deve atender SAE J595 Classe 1;

f. Os módulos devem ser comandados por circuitos digitais microcontrolados que permitam a seleção de no mínimo 03 padrões de “flashes” distintos;

g. Alimentados com 12 VCC e possuir proteção contra inversão de polaridade e transientes;

h. Deverá estar imune a EMI (Electro Magnetic Interference) e RFI (Radio Frequency Interference);

i. O acionamento deverá ser feito pelo módulo de controle central de toda sinalização visual e acústica;

j. Distribuídos pelas grades frontais (inferior e/ou superior);

k. O sistema óptico deverá ser montado em perfis (um ou mais) de alumínio extrudado anodizado, de maneira que fiquem funcionais;

l. Com acabamentos laterais em ABS;

m. Fixado por suporte (s) confeccionado (s) em aço com pintura eletrostática e com regulagem de posicionamento.

1.2.5.3. Deverá possuir sistema iluminação Estroboscópica de alta potência ou em Led de 3 Watts instalado nos faróis dianteiros e nas lanternas de ré originais do veículo, com acionamento através de chave independente no painel e Módulo de potência com as seguintes características:

a. Módulo de potência único com 04 (quatro) saídas independentes pulsadas de no mínimo 90 FPM. com efeito sequencial Intercalada (esquerda / direita);

b. Montado dentro de caixa metálica com tratamento anti-ferrugem ou pintado preto (não podendo ser de plástico, nem outro material parecido);

c. Dimensões máximas do módulo: 110 mm x 140 mm de base e 50 mm de altura para evitar ocupar um espaço maior dentro da cabine do motorista e facilitar a instalação do mesmo, em local discreto.

d. Caso as características dos faróis dos veículos não permitam a instalação em virtude de prejudicar de alguma forma uma de suas funcionalidades, será permitida a instalação o mais próximo dos faróis, em local



e características a ser definido conjuntamente com Comissão de Recebimento, Comando da GCM ou com o devido responsável do órgão solicitante.

1.2.5.4. Sinalizador Acústico (sirene eletrônica) deve possuir as seguintes características:

- a. Amplificador com potência mínima de 100 W RMS.
- b. Resposta de frequência de no mínimo 300 Hz e no máximo 3000 Hz.
- c. Potência sonora mínima: 110 dB.
- d. Possuir no mínimo 4 sons de sirene.
- e. Possuir controle integrado para a sinalização visual.
- f. Tecnologia micro controlada digital.
- g. Sistema de megafone.
- h. Potência do megafone mínimo de 30 W RMS.
- i. Entrada auxiliar para rádio transceptor.
- J. Deverá ser específico para utilização em veículo (viatura policial), sendo vedada à utilização de drives confeccionados para aplicações musicais.

1.2.5.5. Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pela Guarda Civil Municipal.

1.2.5.6. Central de Controle do Sinalizador Visual e Acústico.

- a. O sinalizador visual deverá possuir controle central único, dotado de microprocessador ou micro controlador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência com pulsos luminosos de 25 ms a 2 s. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos leds e deverá garantir também a intensidade luminosa dos leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos leds.
- b. O sistema de controle dos sinalizadoras visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local previamente determinado pela Comissão Recebimento, de forma que possibilite sua operação por ambos os ocupantes de cabina.
- c. O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automática, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.
- d. O sistema deverá ser imune a RFI (rádio frequência interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados.
- e. O módulo deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem no mínimo o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência, os quais deverão ser acionados separados. As chaves de acionamento deverão ser retro iluminado / iluminado preferencialmente do tipo tecla, podendo ser chave tipo Touch (toque).

1.2.5.7. Prescrições diversas

- a. O módulo de controle deve permitir o acionamento do sistema de sinalização audiovisual mesmo com o veículo desligado.
- b. Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção de sinais de rádio ou telefonia móvel.
- c. O sistema deve possuir proteção contra Inversão de polaridade e altas variações de tensão.

Observação da Entrega do veículo (todas as despesas inclusas):

- ✓ Abastecido (tanque cheio),
- ✓ Chave cópia, com certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) em nome do Contratante.
- ✓ Emplacado,
- ✓ Licenciado,
- ✓ Kit multimídia,
- ✓ Manual do usuário (garantia) devidamente identificado na entrega do veículo. Revisão técnica do veículo.
- ✓ Totalmente Limpo (parte interna e externa).





Tabela 3

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Veículo 1 - Considerando que o Plano de Contratação Anual do Município de Sarandi encontra-se em fase de elaboração, não foi possível demonstrar a previsão de contratação do objeto deste Termo de Referência no referido documento. Contudo, para aquisição do item 1, há recursos disponíveis para o Município de Sarandi, oriundos da Emenda Parlamentar nº 40660015, indicada pelo Deputado Federal Sargento Fahur e viabilizada pelo Ministério da Economia, por meio de Transferência Especial.

2.3 Veículo 2 - A presente contratação justifica-se pela necessidade de dotar a Guarda Civil Municipal (GCM) de meios operacionais adequados para o desempenho de suas atribuições legais, especialmente no que se refere às atividades de apoio às ações de fiscalização, segurança viária, remoção de veículos, atendimento a ocorrências e suporte logístico às operações integradas com outros órgãos públicos.

2.3.1 Atualmente, a GCM não dispõe de caminhão plataforma próprio, o que ocasiona dependência de terceiros ou de outros setores para a remoção de veículos envolvidos em acidentes, abandonados em vias públicas, apreendidos em operações de fiscalização ou que ofereçam risco à segurança e à fluidez do trânsito. Tal situação compromete a eficiência, a celeridade e a autonomia das ações da corporação. A aquisição de **01 (um) caminhão plataforma** mostra-se suficiente para atender à demanda atual da Guarda Civil Municipal, considerando o volume médio de ocorrências, a área de abrangência do município e a capacidade operacional do veículo, que permite a realização das atividades de remoção e transporte de veículos de forma segura e eficaz. A quantidade proposta atende ao princípio da razoabilidade, evitando tanto a insuficiência de recursos quanto a aquisição excessiva de bens públicos.

2.3.2 Ressalta-se que o caminhão plataforma permitirá maior agilidade no atendimento às ocorrências, redução de tempo de resposta, melhoria na organização do trânsito urbano, aumento da segurança dos agentes e da população, garantindo melhores condições de trabalho, maior eficiência administrativa e efetividade na prestação do serviço público de segurança.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.





4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, sempre que aplicável.

4.2 Com o fulcro na sustentabilidade e impactos ambientais, os veículos deverão atender o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, no que couber.

4.3 Deverá ainda:

I. Estar equipado com os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN, Resolução 912/22, ou Resolução ou Lei posterior que venha a substituir;

II. Estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como as homologadas pelo PROCON/IBAMA;

III. Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000 e legislação correlata;

IV. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com Programa de Controle da poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE P8, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 490/2018, cuja obrigatoriedade para novos modelos iniciou-se em 1º de janeiro de 2023, impondo limites mais rigorosos para as emissões de poluentes.

V. Os veículos deverão atender às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes, incluindo aquelas estabelecidas pelo CONAMA, IBAMA, CONTRAN e ABNT, bem como demais legislações correlatas aplicáveis, observando os princípios da sustentabilidade e da redução de impactos ambientais, independentemente das normas anteriormente mencionadas, sempre que sua aplicação for exigida ou pertinente ao uso e finalidade do veículo.

LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.4 Esta licitação será para ampla concorrência, conforme justificativa apresenta no ETP.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os bens/produtos deverão ser entregues em até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada para o e-mail indicado pelo





licitante contratado. O veículo deverá ser entregue, em dias úteis, na sede da Secretaria, no dia e horário a ser agendado com o(a) Gestor(a) da Pasta.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 O veículo deverá ser novo, tendo como primeiro proprietário o Município de Sarandi - PR (Contratante).

5.3 Todos os equipamentos e itens devem ser originais de fábrica do caminhão, correspondentes ao seu modelo e versão de produção, da linha de montagem da fabricante do veículo, a fim de não comprometer a garantia do veículo.

5.4 A carroceria em madeira deve ser compatível com as dimensões do veículo ofertado, bem como atender aos demais equipamentos e requisitos exigidos pela legislação de trânsito vigente.

5.5 O veículo deve vir acompanhado de todos os seus respectivos manuais (garantia, manutenção, operação), certificados de garantia.

5.6 Todos os itens exigidos por lei, bem como equipamentos e acessórios do veículo, devem estar acompanhados por seus respectivos manuais de uso, certificados e garantias.

5.7 O veículo deve ser entregue emplacado e licenciado em nome da Contratante, sendo isento de IPVA, incluindo apenas pagamento de taxa de licenciamento e do seguro obrigatório DPVAT.

5.8 O veículo deverá ser registrado na categoria "Oficial", com ATPV-e (D.U.T/CRV) e CRLV do respectivo ano de aquisição, no DETRAN competente do estado, em nome da Prefeitura do Município de Sarandi-Pr, CNPJ 78.200.482/0001-10.

5.9 Todas as despesas com licenciamento, DPVAT, emplacamentos e, ainda, outras decorrentes, bem como seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários vinculados ao fornecimento do bem são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.10 O veículo deverá ser entregue com frete incluso, sendo de responsabilidade exclusiva do fornecedor todas as despesas relacionadas ao transporte, seguro, tributos, encargos logísticos, pedágios e demais custos necessários para a entrega no local indicado pela Secretaria.

5.11 Todos os itens exigidos por lei, bem como equipamentos e acessórios do veículo, devem estar acompanhados por seus respectivos manuais de uso, certificados e garantias.

5.12 O veículo deve atender aos Critérios de Sustentabilidade, descritos neste TR.

5.13 A entrega será no(s) seguinte(s) endereço(s)





VEÍCULO	SECRETARIA	ENDEREÇO
Item 1	Desenvolvimento Econômico	Rua Antônio Volpato, 1488 – Jd. Europa – Sarandi/PR
Item 2	SEMUTRANS	Av. Ademar Bornia, 1050 – Jd. Europa – Sarandi/PR

Tabela 4

5.13.1 Durante a vigência da Contrato, eventuais alterações de endereços serão consideradas, prevalecendo o informado no pedido acompanhado da nota de empenho.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.14 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 anos ou 100.000 (cem mil) km ou aquele que ocorrer primeiro ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.15 A garantia contratual complementar à garantia legal, deverá ser concedida mediante termo escrito de acordo com o manual do fabricante.

5.16 A garantia será prestada com vistas a manter o(s) produto(s) fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Município.

5.17 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado/Fabricante, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.18 Assistência com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, cujo prazo não poderá ser inferior a 3 (três) anos, com a finalidade de manter os produtos em perfeitas condições de uso, na ocorrência de defeitos que inviabilizem a utilização total ou parcial dos produtos, durante o período de garantia e assistência técnica.

5.19 Possuir rede de assistência técnica autorizada, deverá o fabricante/montadora da marca, por meio de suas concessionárias e/ou representantes, legalmente estabelecidos ou instituídos, possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, previstos no manual de manutenção, considerando um raio de até 150 km de distância deste município.

Justifica-se a necessidade de restrição geográfica, pelo motivo de otimizar o uso dos recursos públicos, reduzindo os custos associados ao deslocamento do veículo adquirido até as autorizadas ou prestadoras de serviço para a execução da assistência técnica. A medida contribui para a diminuição de despesas com transporte, hospedagem, alimentação e logística, além de facilitar a coordenação das atividades de manutenção com maior agilidade fator essencial para garantir a preservação da garantia do bem e assegurar respostas rápidas em situações de emergência ou imprevistos, evitando a interrupção dos serviços prestados. Considerou-se ainda os riscos inerentes ao deslocamento em longas distâncias, como o aumento da exposição a acidentes rodoviários, condições adversas das





estradas e o desgaste físico do condutor, que pode comprometer sua segurança e a integridade do veículo. Considerou-se ainda que a região possui ampla rede de concessionárias autorizadas, o que facilita o acesso aos serviços de assistência técnica, tornando desnecessário o deslocamento para localidades distantes e reforçando a viabilidade da restrição geográfica como medida racional e segura.e economicamente eficiente. A presença significativa de prestadoras de serviço na área delimitada assegura ampla competitividade entre os fornecedores, evitando concentração de mercado e promovendo condições vantajosas à Administração Pública, tanto em termos de qualidade quanto de custo.

5.20 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.21 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.22 Uma vez notificado, o fornecedor realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10(dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

5.23 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.24 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.25 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.26 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

FISCALIZAÇÃO

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.





6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTOR DO CONTRATO

6.16 Cabe ao gestor do contrato:

- I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.





V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 – Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.18 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados nas Portarias nº XXX, ou aquela que vier a substituir.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-





se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;





II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.12.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





7.18.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será: integral.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 2140/2024 – SRP.

Justificativa:

A decisão de não aplicar o sistema de Registro de Preços se baseia no fato de que a aquisição e a entrega serão realizadas de forma integral (compra única do veículo). Há previsão de recursos orçamentários suficientes para cobrir a despesa, eliminando a necessidade de contratações parceladas. Portanto, não se aplica o Sistema de Registro de Preços conforme os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O critério de aceitabilidade de preços na proposta será o menor preço por item.



EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

8.1 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:





- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.3 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Justificativa: As exigências dispostas visam aferir a capacidade econômica e financeira do(s) licitante(s) em relação aos compromissos assumidos, bem como verificar se possuem a solidez financeira necessária para a execução satisfatória do objeto contratado.





9 ASPECTOS CONTRATUAIS

VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 O prazo de vigência do presente Contrato será de 1 (um) ano, conforme disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas em lei, ou quando a não conclusão do objeto contratual no prazo estipulado decorrer de culpa exclusiva do Contratado, hipótese em que poderá ser formalizada a prorrogação, mediante justificativa técnica e interesse da Administração.

9.2 Na hipótese de prorrogação, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante aplicação, pelo Município, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, desde que comprovada a vantajosidade econômica para a Administração Pública.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 No CONTRATO oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a sua vigência.

SUBCONTRATAÇÃO

9.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste instrumento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.7 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente,





às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;

VII. Cientificar a Secretaria Municipal de Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

IX. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.9 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





- II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;





- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XVI. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.10 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

Sanções aplicáveis

9.11 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Rescisão contratual;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e





V. Declaração de inidoneidade.

9.12 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Graduação das multas

9.13 As multas poderão aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 – Leve	Advertência formal;
M1 – Moderado	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 – Moderado	Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
M3 – Moderado	Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.
G1 – Grave	Multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
G2 – Gravíssimo	Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 5

9.14 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Item	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
1	Atraso injustificado do bem	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2
3	Entrega de produto em embalagem inadequada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Entrega parcial injustificada	M1	M2	M3	G1	G2	–
6	Entrega de produto recusado por não conformidade técnica	M1	M2	M3	G1	G2	–
7	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	–
8	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	–
9	Recusa em substituir item recusado	M2	M3	G1	G2	–	–
10	Reincidência de entregas com qualidade inferior	M2	M3	G1	G2	–	–
11	Entrega de produto com validade inadequada	M2	M3	G1	G2	–	–



12	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	–	–
13	Conduta reiterada que comprometa o abastecimento	M2	M3	G1	G2	–	–
14	Entrega de produto com dano, avaria ou defeito	M2	M3	G1	G2	–	–
15	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	–	–
16	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	–	–	–	–	–
17	Entrega de produto falsificado	G2	–	–	–	–	–
18	Abandono contratual	G2	–	–	–	–	–
19	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	–	–	–	–	–
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	–	–	–	–	–

Tabela 6

9.15 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.16 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.17 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.18 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

9.19 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.20 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.21 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.22 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.23 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.



9.24 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

- I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

9.25 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.28 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.29 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.30 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.31 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.32 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos





mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.33 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.34 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.032.463,34 (um milhão, trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos).

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 30, 31, 119 e 120.

10.2 Total estimado por área requisitante:

REQUISITANTE	SOLICITAÇÃO DE DESPESA	VALOR
Desenvolvimento Econômico	583 e 585/2026	R\$481.216,67
SEMUTRANS	2551/2026	R\$551.246,67
Tota estimado para contratação		R\$ 1.032.463,34

Tabela 7

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.001.20.606.0021.1.283.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE





14.001.06.181.0026.1.402.4.4.90.52.00.00. - 1509 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em atendimento ao Departamento de Agricultura e Pecuária.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), visa à realização da fase preparatória de forma adequada, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica, conforme o estabelecido pelo Art. 18 da Lei 14.133/21. Este estudo técnico visa avaliar a necessidade do Departamento de Agricultura e Pecuária para a aquisição de um Caminhão para a Horta Comunitária, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela legislação vigente. para atender a demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

A aquisição de um caminhão por meio dos recursos disponibilizados pela Emenda 40660015 – Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fahur, no valor de R\$ 250.000,00, da ação 0EC2 – Transferências Especiais.

O veículo será disponibilizado à equipe técnica, que poderá aprimorar os trabalhos de assistência técnica, vistoria e locomoção de equipamentos e insumos às hortas comunitárias, agricultores rurais, urbanos e periurbanos. Essa medida visa fortalecer a estrutura operacional, proporcionando maior agilidade na execução dos projetos e fomentando o desenvolvimento econômico e social tanto no espaço urbano quanto rural.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O LEVANTAMENTO DE MERCADO FOI REALIZADO COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR, SOLUÇÕES QUALIFICADAS E APROVADAS PARA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA EMENDA IMPOSITIVA 40660015 – MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA,

Nº	SOLUÇÃO
01	Aquisição de Veículo
02	Locação de Veículo

Para a pretensa contratação, foram observadas contratações similares para a verificar a viabilidade financeira e econômica da solução de locomoção dos servidores.

[illegible]



4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Não haverá parcelamento para a contratação, pois o item é em quantitativo único e indivisível de bem comum. Desta forma, demonstra-se mais eficiente e economicamente vantajoso. Além disso, promove uma gestão simplificada e eficaz do contrato, assegurando o cumprimento dos prazos e a integridade do fornecimento. Portanto, optou-se pela contratação em julgamento por item, não sendo possível sua divisibilidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O bem a ser contratado é caracterizado como comum, haja vista que seus padrões de desempenho e qualidade, podem ser definidos objetivamente pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme definição constante do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

ME/EPP, da LC 123/06

Considerando que o objeto da licitação é a aquisição de 1(um) caminhão e possui valor estimado superior a R\$ 80.000,00, não há obrigatoriedade de participação exclusiva para ME/EPP, e por tratar-se de aquisição com objeto indivisível, não há a possibilidade de aplicação de cota. Isto posto, em observância ao artigo 4º da Lei nº 14.133/21, não serão aplicados os benefícios de exclusividade e cota previstos no art. 48 da LC 123/06, sendo observados os demais tratamentos diferenciados previstos.

Cabe destacar que os Pregões Eletrônicos nº 111/2023, 68/2023, 69/2023 e 22/2023, realizados por esta Municipalidade de Sarandi/PR, ocorreram sob o regime de ampla concorrência, tendo como participantes empresas concessionárias autorizadas, que, por sua natureza jurídica e estrutura empresarial, não se enquadram como ME ou EPP.

Forma de Contratação

A contratação será realizada por meio de **Licitação**, na modalidade **Pregão**, na sua forma **Eletrônica**, com critério de julgamento por **Menor Preço**, nos termos do artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todo da Lei Federal nº 14.133/2021.

Demais requisitos exigíveis:

Originalidade do caminhão



- ✓ Todos os equipamentos e itens do caminhão (exceto carroceria) devem ser originais de fábrica, correspondentes ao seu modelo e versão de produção, da linha de montagem da fabricante do veículo, a fim de não comprometer a garantia do veículo.

Manuais, catálogos e certificados

- ✓ O veículo deve vir acompanhado de todos os seus respectivos manuais (garantia, manutenção, operação) e certificados de garantia.
- ✓ Todos os itens exigidos por lei, bem como equipamentos e acessórios do veículo, devem estar acompanhados por seus respectivos manuais de uso, certificados e garantias.
- ✓ Todos os equipamentos e itens devem ser originais de fábrica, correspondentes ao seu modelo e versão de produção, da linha de montagem da fabricante do veículo, a fim de não comprometer a garantia do veículo.

Licenciamento e Emplacamento

- ✓ O veículo deverá ser novo, tendo como primeiro proprietário o Município de Sarandi -PR (Contratante).
- ✓ O veículo deve ser entregue emplacado, sendo isento de IPVA, incluindo apenas pagamento de taxa de licenciamento e do seguro obrigatório DPVAT.
- ✓ O veículo deverá ser registrado na categoria “Oficial”, com ATPV-e (D.U.T/CRV) e CRLV do respectivo ano de aquisição, no DETRAN competente do estado, em nome da Prefeitura do Município de Sarandi-Pr, CNPJ 78.200.482/0001-10.
- ✓ Todas as despesas com licenciamento, DPVAT, emplacamentos e, ainda, outras decorrentes, bem como seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários vinculados ao fornecimento do bem são de responsabilidade da CONTRATADA.

Frete Incluso

- ✓ O veículo deverá ser entregue com frete incluso, sendo de responsabilidade exclusiva do fornecedor todas as despesas relacionadas ao transporte, seguro, tributos, encargos logísticos, pedágios e demais custos necessários para a entrega no local indicado pela Secretaria.

Garantia



- ✓ A Garantia será de no mínimo de 3 (três) anos da entrada em operação, caso tenha garantia contratual complementar à garantia legal, deverá ser concedida mediante termo escrito de acordo com o manual do fabricante.
- ✓ O Fornecedor/Contratada, deverá adotar medidas corretivas necessárias no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a notificação feita pela Contratante, sob penas de sanções previstas em lei e/ou no contrato.
- ✓ Contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada produto e pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior;
- ✓ A correção necessária deverá ser efetivada em até 5 (cinco) dias, contados da comunicação realizada pela Contratante.

Assistência Técnica:

- ✓ A Assistência com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, cujo prazo não poderá ser inferior à 3(três) anos, com a finalidade de manter os produtos em perfeitas condições de uso, na ocorrência de defeitos que inviabilizem a utilização total ou parcial dos produtos, durante o período de garantia e assistência técnica;
- ✓ Possuir rede de assistência técnica autorizada, deverá o fabricante/montadora da marca, por meio de suas concessionárias e/ou representantes, legalmente estabelecidos ou instituídos, possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, previstos no manual de manutenção, considerando um raio de até 150 km de distância deste município.

Justifica-se a necessidade de restrição geográfica, pelo motivo de otimizar o uso dos recursos públicos, reduzindo os custos associados ao deslocamento do veículo adquirido até as autorizadas ou prestadoras de serviço para a execução da assistência técnica. A medida contribui para a diminuição de despesas com transporte, hospedagem, alimentação e logística, além de facilitar a coordenação das atividades de manutenção com maior agilidade fator essencial para garantir a preservação da garantia do bem e assegurar respostas rápidas em situações de emergência ou imprevistos, evitando a interrupção dos serviços prestados. Considerou-se ainda os riscos inerentes ao deslocamento em longas distâncias, como o aumento da exposição a acidentes rodoviários, condições adversas das estradas e o desgaste físico do condutor, que pode comprometer sua segurança e a integridade do veículo. Considerou-se ainda que a região possui ampla rede de concessionárias autorizadas, o que



facilita o acesso aos serviços de assistência técnica, tornando desnecessário o deslocamento para localidades distantes e reforçando a viabilidade da restrição geográfica como medida racional e segura e economicamente eficiente. A presença significativa de prestadoras de serviço na área delimitada assegura ampla competitividade entre os fornecedores, evitando concentração de mercado e promovendo condições vantajosas à Administração Pública, tanto em termos de qualidade quanto de custo.

Prazo e Condições de Entrega

O prazo para entrega do veículo é de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados do envio da nota de empenho.

Caso não seja possível a entrega na data indicada acima, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

Local de Entrega

O veículo deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que fica localizada na Rua: Antônio Volpato, 1488, Jardim Europa, CEP: 87113-000, Sarandi-PR, em dias úteis, no horário a ser agendado com o(a) Gestor(a) da Pasta.

Requisitos na proposta de preços

- ✓ Além das exigências dispostas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, a proposta deve ser preenchida com todas as Características Técnicas e suas especificações mínimas, indicadas.

Justificativa: As indicações de referência de cada item na forma solicitada, servem como balizadores para preenchimento das propostas dos participantes ou desde que demonstrado através de folder próprio e indicado pela participante/fornecedor, sendo aceito veículos equivalentes ou superiores ao descrito, mais detalhes no Termo de Referência .

- ✓ A proposta ainda deverá conter: ***Marca, modelo e versão do item cotado.***

Sustentabilidade

Atender aos Critérios de Sustentabilidade, descritos no Item 12, “Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras” deste ETP.



6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para o presente processo, foi aferido o seguinte quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	Veículo (Caminhão)	<u>01</u>	Unidade

A quantidade foi aferida de acordo com a Indicação de Emenda 40660015 – Ministério da Economia de recursos de emenda impositiva indicada pelo Deputado Federal Sargento Fahur, e tem como parâmetro apenas 01 (uma) unidade, que cumpre a necessidade do Departamento da Agricultura e Pecuária. Esse quantitativo visa atender o problema proposto, desafogando os serviços e fornecendo um meio adequado de transporte de equipamentos, materiais e insumos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR

PARA A CONTRATAÇÃO ALMEJADA, ESTIMA-SE UM VALOR PRELIMINAR DE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR TOTAL
01	Veículo (Caminhão)	<u>01</u>	Unidade	

Os itens informados neste Estudo Técnico Preliminar serão incorporados ao Termo de Referência e na sequência encaminhados para a fase de cotação. Nesta etapa, será elaborado o mapa de pesquisa de preço de mercado, instrumento que permitirá a definição do valor estimado para a futura aquisição. Essa metodologia visa assegurar a transparência, a economicidade e a compatibilidade dos preços praticados com os valores de mercado.

Contudo o município dispõe de investimento, no valor de R\$ 250.000,00, em que foi definida com base no recurso proveniente da Emenda Impositiva nº 40660015, indicada pelo Deputado Federal Sargento Fahur, por meio do Ministério da Economia. Esse montante, oriundo da ação 0EC2 – Transferências Especiais, é destinado às Hortas Comunitárias com objetivo oferecer uma noção preliminar dos recursos necessários para solucionar o problema, estando sujeito a eventuais ajustes em razão de possíveis variações.



A solução proposta atende à demanda de forma satisfatória, tanto em termos de economicidade quanto de viabilidade financeira, de acordo com o planejamento estabelecido para a destinação dos recursos da Emenda 40660015 – Ministério da Economia.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição de um veículo novo, tipo Caminhão, para o Departamento de Agricultura e Pecuária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, atende às necessidades do setor de forma eficaz. A Solução (1) é vantajosa porque o veículo se torna patrimônio do município, complementando a frota existente e garantindo a continuidade exclusiva dos serviços prestados nas hortas comunitárias urbanas, periurbanas e rurais. Além disso, veículos próprios podem ser adesivados com a identificação do município, o que facilita a visualização e aumenta a credibilidade dos serviços prestados.

Outra vantagem significativa, já mencionada é a garantia de fábrica oferecida pelos veículos novos, que reduz os custos com manutenção nos primeiros anos de uso. A autonomia proporcionada por ter um veículo sempre disponível para atender às demandas do setor também é um fator crucial, pois aumenta a celeridade no atendimento e na prestação de serviços à população. Veículos sempre disponíveis reduzem os custos operacionais e melhoram o desempenho geral, garantindo que os serviços prestados à população sejam contínuos e de alta qualidade.

Com base no princípio da economicidade, o item incluirá o emplacamento e a adesivagem do veículo, pois o serviço está diretamente relacionado ao produto a ser adquirido, eliminando a necessidade de processos adicionais para este fim. Unificar esses serviços ajuda a evitar transtornos quanto à responsabilização de eventuais sinistros, uma vez que não haverá várias empresas envolvidas. Não haverá parcelamento da solução, pois isso não resultará na elevação do custo, nem tampouco afetará a integridade do objeto pretendido ou comprometerá a perfeita execução do mesmo.

Veículos novos também oferecem os mais recentes avanços em tecnologia de segurança, como sistemas de freios avançados e airbags, entre outros essenciais para proteger motoristas, passageiros e outros usuários das vias. Essa segurança contribui para um trabalho mais seguro e eficiente dos funcionários que dependem desses veículos. O veículo irá contribuir de forma significativa para viabilizar o transporte seguro e ágil de equipamentos, materiais, mudas, implementos e peças agrícolas essenciais para otimização de serviços prestados a comunidade. A aquisição de 01 (um)



veículo tipo caminhão é fundamental no funcionamento eficiente das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Agricultura e Pecuária. Além de satisfazer as necessidades básicas, a aquisição é um investimento estratégico na eficiência operacional, resultando em uma melhoria substancial na qualidade e rapidez ao atendimento das demandas.

Além disso, a aquisição de um veículo moderno e confiável é essencial para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, promovendo o desenvolvimento da comunidade por meio da melhoria na eficácia e na qualidade das ações realizadas.

A autonomia na gestão da frota representa um diferencial estratégico, considerando a natureza específica das atividades desempenhadas pela Secretaria. Com isso, as equipes responsáveis pelas áreas de Agricultura e Pecuária poderão ampliar sua atuação, alcançar um maior número de produtores e oferecer um suporte técnico mais eficaz, favorecendo o cumprimento das metas previstas para os serviços ofertados.

A decisão pela aquisição de veículos novos leva em conta não apenas o valor financeiro, mas também aspectos como qualidade, durabilidade e os benefícios operacionais a longo prazo, que garantirão maior confiabilidade e rendimento nas ações desenvolvidas.

Portanto, com base no princípio da economicidade, eficiência e atualidade dos serviços, justifica-se plenamente a aquisição de novos veículos para compor a frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

O presente processo visa alcançar os seguintes resultados:



- ✓ **Vantajosidade:** Assegurar meios para obtenção de propostas aptas a gerar a contratação mais vantajosa ao município;
- ✓ **Apoiar os trabalhos dos servidores:** Facilitar o deslocamento dos servidores em suas atividades administrativas e de atendimento aos usuários, integrando essas tarefas às suas rotinas diárias;
- ✓ **Atender à demanda crescente:** Responder de maneira dinâmica e eficiente às demandas essenciais e críticas no trato da coisa pública;
- ✓ **Melhorar os procedimentos:** Fornecer materiais e adotar procedimentos que aprimorem e agilizem os serviços prestados;
- ✓ **Prover locomoção indispensável:** Garantir a mobilidade necessária para aumentar a agilidade, produtividade, treinamento e qualidade nas tarefas cotidianas, especialmente na prestação de serviços aos usuários;
- ✓ **Economicidade:** A eficiência para o controle de combustível, pode resultar em economias significativas a longo prazo, além de contribuir para a sustentabilidade, pois os veículos mais recentes tendem a ser mais eficientes no consumo de combustíveis e redução na emissão de poluentes, contribuindo para a redução do impacto ambiental.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS ANTES DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO/ARP

Para a pretensa contratação não se fazem necessárias providências prévias no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Entretanto os Fiscais de Contratos devem ter ciência do que aborda a Instrução Normativa 17/2023, que disciplina os procedimentos para a fiscalização e gestão de Contratos Administrativos

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Correlatas:

- ✓ Manutenção Veicular - Pregão n.º 130/2021.

Interdependente:

- ✓ Aquisição de Combustíveis - Pregão n.º 17/2024

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, sempre que aplicável.



Com o fulcro na sustentabilidade e impactos ambientais, os veículos deverão atender o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, no que couber.

Deverá ainda:

- a) Estar equipado com os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN, Resolução 912/22, ou Resolução ou Lei posterior que venha a substituir;
- b) Estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como as homologadas pelo PROCON/IBAMA;
- c) Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000 e legislação correlata;
- d) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com Programa de Controle da poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE P8, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 490/2018, cuja obrigatoriedade para novos modelos iniciou-se em 1º de janeiro de 2023, impondo limites mais rigorosos para as emissões de poluentes.
- e) Os veículos deverão atender às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes, incluindo aquelas estabelecidas pelo CONAMA, IBAMA, CONTRAN e ABNT, bem como demais legislações correlatas aplicáveis, observando os princípios da sustentabilidade e da redução de impactos ambientais, independentemente das normas anteriormente mencionadas, sempre que sua aplicação for exigida ou pertinente ao uso e finalidade do veículo.

13. CONCLUSÃO

Conclui-se que a contratação pretendida Solução(1), evidencia-se perfeitamente viável em relação aos critérios estabelecidos na Lei 14.133/21 e Decreto 1262/2023, pois os requisitos listados atendem adequadamente às necessidades formuladas, a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada, a quantidade do item está coerente com as demandas previstas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, desta forma solicita-se a abertura de processo licitatório.

Sarandi-PR, 12 de setembro de 2025.

Responsável pela elaboração do ETP

Vinicius Rafael Andrea

Coordenador Administrativo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico



PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA, MODELO E VERSÃO	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social: CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Demais condições:

- I. Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;
- II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.



Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

CONTRATO

Nº «NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO»

OBJETO

Contratação de empresa(s) para fornecimento de um Caminhão com carroceria de madeira, destinado às Hortas Comunitárias, com recursos disponibilizados pela Emenda 40660015 pelo Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fatur, Transferências Especiais para ser adquirido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e outro Caminhão com plataforma (tipo guincho) para SEMUTRANS, ambos vinculados à Prefeitura do Município de Sarandi/PR.



A Prefeitura do Município de Sarandi, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), doravante denominado CONTRATANTE, e o «Nome_Fornecedor», inscrito no CNPJ/MF sob o nº «CNPJ_CPF_Fornecedor», sediado no(a) «Endereço_Fornecedor», na cidade «Cidade_Fornecedor» - «Estado_Fornecedor» - «CEP_Fornecedor», doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por «Nome_Representante» - CPF «CPF_Representante», conforme atos constitutivos/procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº xxx/20xx e em observância às disposições da [Lei nº 14133/21](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é *Contratação de empresa(s) para fornecimento de um Caminhão com carroceria de madeira, destinado às Hortas Comunitárias, com recursos disponibilizados pela Emenda 40660015 pelo Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fahur, Transferências Especiais para ser adquirido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e outro Caminhão com plataforma (tipo guincho) para SEMUTRANS, ambos vinculados à Prefeitura do Município de Sarandi/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.*

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA, MODELO E VERSÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Tabela 1

1.3 Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- I. O Edital do Pregão Eletrônico nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação» e seus anexos;
- II. A Proposta do CONTRATADO.





CLÁUSULA 2 - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.1.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de débitos junta a Fazenda Municipal de Sarandi/PR.

2.2 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA 3 - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

MATRIZ DE RISCO

3.2 São aqueles mencionados Anexo IV do Edital.

CLÁUSULA 4 - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 5 - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$«Valor_Contratado».





5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA 6 - REAJUSTE

6.1 Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 31 do processo), em 08/01/2026.

6.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

6.2.2 O direito a que se refere o item 6.2.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal do fornecedor até 180 (cento e oitenta dias) após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 7 - PAGAMENTO

7.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 8 - OBRIGAÇÕES

8.1 As obrigações das partes são aquelas descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 9 - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.





9.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA 10 - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.





CLÁUSULA 12 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.





CLÁUSULA 13 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- I. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Das indenizações e multas.

13.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10 O CONTRATANTE poderá ainda:

- I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e





II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA 14 - ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 15 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

11.001.20.606.0021.1.283.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

14.001.06.181.0026.1.402.4.4.90.52.00.00. - 1509 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE





15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 16 - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 17 - PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 18 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Sarandi/PR, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da [Lei nº 14133/21](#).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

(Nome do Secretário)

«Assinaturas_Contrato»

Secretário xxx

«Nome_Representante»

«nome_fornecedor»





Carlos Alberto de Paula Júnior
Prefeito

Testemunhas:

1 – XX

2 – XX



MATRIZ DE RISCOS

O objeto tem por objetivo elencar os principais riscos no processo de Contratação de empresa para fornecimento e entrega de um Caminhão destinado às Hortas Comunitárias, com recursos disponibilizados pela Emenda 40660015 pelo Ministério da Economia, indicação do Deputado Federal Sargento Fatur, Transferências Especiais, em conformidade com as condições, quantidades, exigências, estimativas e especificações técnicas estabelecidas.

FASE DE ANÁLISE

FASE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Objetivo: Identificar os principais possíveis riscos e causas relacionados a contratação do objeto, bem como ações Preventivas e de Contingência para mitigar os danos.

RISCO 01		
Probabilidade:		() Baixa (x) Média () Alta
Impacto		() Baixa (x) Média () Alta
ID	Dano	
1.	Deficiências na definição da demanda.	
POSSÍVEIS CAUSAS		
<div>1. Conhecimento limitado do mercado;</div> <div>2. Falta de conhecimento mercadológico;</div> <div>3. Diversidade de opcionais nos produtos.</div>		
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Inteirar a equipe de planejamento com as particularidades do mercado;	Equipe de Planejamento
2.	Aprimorar conhecimentos referentes ao mercado de veículos;	
3.	Buscar informações de outras contratações do governo, referente a produtos similares.	
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Padronizar os itens adicionais mínimos a cada produto para deixar claro no edital;	Equipe de Planejamento
2.	Inteirar a equipe de planejamento sobre as alternativas de mercado referente a veículos.	



FASE: SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Objetivo: Identificar os principais possíveis riscos e causas relacionados a SELEÇÃO DO FORNECEDOR para o objeto, bem como ações Preventivas e de Contingência para mitigar os danos.

RISCO 02		
Probabilidade:		() Baixa () Média () Alta
Impacto		() Baixa () Média () Alta
ID	Dano	
1.	Atrasos na licitação.	
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Excesso de formalismo; 2. Morosidade dos participantes; 3. Impugnação do edital; 4. Não aceitação de propostas e/ou inabilitação de fornecedor; 5. Recursos contra o resultado; 6. Morosidade na assinatura; 7. Decisões judiciais.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
1. Ser claro e objetivo quanto aos procedimentos licitatórios adotados; 2. Ser probo na condução do processo; 3. Dar celeridade, dentro das condições impostas no edital, durante o processo licitatório.		1. Comissão Permanente de Licitação; 2. Pregoeiro; 3. Ordenador de despesas.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1. Revisar o edital, com celeridade e objetividade; 2. Descobrir as falhas que levaram a licitação deserta / frustrada / impugnada; 3. Repetir o processo sanando os vícios iniciais.		1. Comissão Permanente de Licitação; 2. Requerente

Sarandi, 18 de março de 2026.

Vinicius Rafael Andrea
Coordenador Administrativo

Janaína Santoro de Paula
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Econômico